



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Karla de Lima Rocha

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 8 (ago. 2011). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em agosto, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 2,5 bilhões, contra superávit de R\$ 11,3 bilhões, em julho. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 6,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,9 bilhões e R\$ 58,3 milhões, respectivamente.

Em agosto, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 2,5 bilhões, contra superávit de R\$ 11,3 bilhões, em julho.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUL 2011	AGO 2011	JAN - AGO 2010 2011	
I. RECEITA TOTAL	90.139,5	74.965,2	537.485,1	645.116,3
I.1. Receitas do Tesouro	70.168,3	54.293,8	407.163,0	493.151,8
I.1.1. Receita Bruta (1)	72.684,3	56.611,4	415.856,3	502.317,5
I.1.1.1. Impostos	32.464,5	25.321,3	188.744,8	234.249,9
I.1.1.2. Contribuições	30.757,5	23.171,2	158.022,0	191.762,4
I.1.1.3. Demais	9.462,3	8.118,9	69.089,6	76.305,1
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.489,6	-2.316,7	-8.594,8	-9.016,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-26,4	-0,9	-98,6	-149,2
I.2. Receitas da Previdência Social	19.756,1	20.450,9	128.833,4	150.318,7
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	19.314,0	19.978,4	125.752,1	146.862,7
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	442,1	472,5	3.081,4	3.456,0
I.3. Receitas do Banco Central	215,1	220,4	1.488,7	1.645,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.340,1	14.188,4	89.729,9	113.072,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	77.799,4	60.776,8	447.755,2	532.043,9
IV. DESPESA TOTAL	66.462,7	58.286,4	418.073,9	462.200,8
IV.1. Despesas do Tesouro	44.339,4	33.630,7	256.757,9	284.200,3
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	17.350,5	13.501,5	106.883,6	117.889,6
IV.1.2. Custeio e Capital	26.803,5	19.942,2	149.092,8	164.902,0
IV.1.2.1. Despesa do FAT	7.577,0	3.113,7	19.662,5	22.721,1
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.213,8	565,8	5.797,8	7.107,0
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.092,2	2.092,8	14.673,3	16.458,6
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.920,4	14.169,8	108.959,2	118.615,4
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	12.325,4	10.677,8	80.993,8	90.591,2
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.595,1	3.492,0	27.965,4	28.024,2
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	185,5	187,0	781,4	1.408,6
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	21.840,9	24.376,9	159.410,2	175.855,6
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	17.091,3	18.258,9	123.480,1	136.574,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.749,6	6.118,0	35.930,1	39.281,6
IV.3. Despesas do Banco Central	282,3	278,8	1.905,8	2.144,9
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	11.336,7	2.490,4	29.681,3	69.843,1
VI.1. Tesouro Nacional	13.488,8	6.474,7	60.675,2	95.879,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.084,8	-3.926,0	-30.576,8	-25.536,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	2.222,7	1.719,4	2.272,0	10.288,8
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.307,5	-5.645,5	-32.848,8	-35.825,7
VI.3. Banco Central (6)	-67,2	-58,3	-417,1	-499,1
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,25%	2,64%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFEI, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN - AGO %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
Receitas	16,2%	20,0%
Tesouro	16,2%	21,1%
Previdência	16,4%	16,7%
Transferências	8,7%	26,0%
Receita Líquida	17,8%	18,8%
Despesas	17,3%	10,6%
Benefícios	13,7%	10,3%
Pessoal	9,1%	10,3%
Custeio e Capital	28,6%	10,6%
FAT	7,0%	15,6%
Subsídios	261,5%	22,6%
LOAS/RMV	18,0%	12,2%
Outras	30,5%	8,9%
Custeio	22,3%	11,8%
Custeio sem MCMV	22,1%	6,4%
Capital	62,0%	0,2%
PIB	16,2%	11,8%

No acumulado de janeiro a agosto, o superávit foi de R\$ 69,8 bilhões, superior em R\$ 40,1 bilhões ao apurado no mesmo período de 2010.

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 16,1 bilhões (22,1%), passando de R\$ 72,7 bilhões, em julho, para R\$ 56,6 bilhões, em agosto. Este comportamento decorreu, principalmente, dos seguintes

fatores: i) decréscimo de R\$ 6,3 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 8,3 bilhões na CSLL, devido ao pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, bem como recolhimento de débito em atraso da CSLL, realizado em julho, no valor de R\$ 5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial; ii) decréscimo de R\$ 3,6 bilhões na cota-parte de compensações, explicado, principalmente, pelo pagamento trimestral de royalties sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural, realizado em julho; e iii) crescimento de R\$ 3,2 bilhões na rubrica “Outras”, em função, principalmente, da consolidação de débitos do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º, da lei (redução nos montantes de multas e juros).

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 14,2 bilhões em agosto, contra R\$ 12,3 bilhões no mês anterior, registrando aumento de 15,0%, decorrente, principalmente do acréscimo de R\$ 2,1 bilhões nas demais transferências, como consequência do aumento de R\$ 2,0 bilhões nos valores repassados referentes a royalties de exploração de petróleo e gás natural. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 9,8 bilhões, com acréscimo de 3,1% frente a julho, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de agosto.

Do lado dos dispêndios, verificou-se redução de R\$ 10,7 bilhões (24,2%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a julho.

Os gastos com pessoal e encargos sociais diminuíram em R\$ 3,8 bilhões frente ao mês anterior refletindo, especialmente, o pagamento, em julho, da primeira parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal.

Da mesma forma, os gastos com custeio e capital também apresentaram redução de R\$ 6,9 bilhões, atingindo R\$ 19,9 bilhões, em agosto. As despesas do FAT referentes a abono e seguro desemprego foram os principais fatores que contribuíram para esse comportamento (diminuição de R\$ 4,5 bilhões) em conjunto com o decréscimo de R\$ 878,9 milhões das despesas discricionárias comparativamente ao mês anterior. Os gastos do abono salarial observam o calendário referente ao exercício 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat nº 668, de 28 de junho de 2011.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,9 bilhões, contra déficit de R\$ 2,1 bilhões apurado em julho. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 694,8 milhões. Os benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de R\$ 2,5 bilhões devido, principalmente, ao pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/11	AGO/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.512,1	9.802,4
CIDE-Combustíveis	565,1	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.100,4	4.223,5
Total	12.340,1	14.188,4

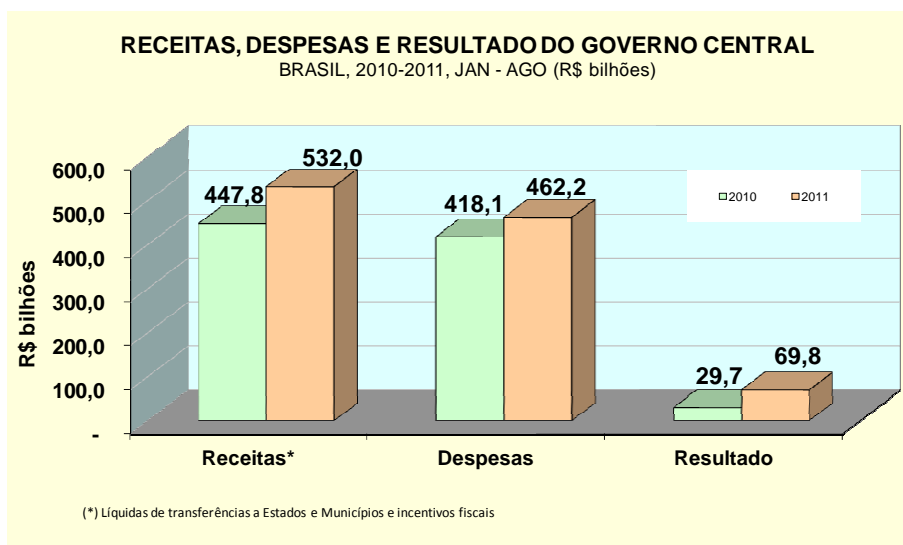
¹Inclui auxílio financeiro

Os gastos com pessoal e encargos diminuíram R\$ 3,8 bilhões em relação ao mês de julho, enquanto os gastos com custeio e capital reduziram R\$ 6,9 bilhões.

R\$ 1,7 bilhão no mês, contra R\$ 2,2 bilhões, em julho. A parcela rural apresentou, em julho, déficit de R\$ 5,6 bilhões, contra R\$ 4,3 bilhões registrado no mês anterior.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 69,8 bilhões frente a um superávit de R\$ 29,7 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 40,1 bilhões ou 135,3%, na comparação entre os dois períodos. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 35,2 bilhões (58,0%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 5,0 bilhões (16,5%) no déficit da Previdência Social.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	537.485,1	645.116,3
Transferências	89.729,9	113.072,5
Receita Líquida	447.755,2	532.043,9
Despesa Total	418.073,9	462.200,8
Resultado Primário	29.681,3	69.843,1



A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a agosto de 2011, apresentou crescimento de R\$ 86,5 bilhões (20,8%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 14,1 bilhões, 23,9%) e da CSLL (R\$ 11,5 bilhões, 37,1%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, bem como, no caso da CSLL, do pagamento de débito em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões e, no caso do IRPJ, também em função de reclassificação por estimativa ocorrida em 2011, no valor de R\$ 3,1 bilhões; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 15,0 bilhões, 16,9%) e PIS/Pasep (R\$ 4,3 bilhões, 18,4%) devido ao aumento no volume de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 14,9 bilhões, 23,4%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 6,9 bilhões, 17,9%), Rendimentos do Capital (R\$ 5,5 bilhões, 38,7%) e Remessas ao Exterior (R\$ 1,9 bilhão, 27,7%); iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 5,5 bilhões, 22,3%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária; e v) aumento no conjunto das Demais Receitas

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	2,56%	3,62%
Previdência Social	-1,29%	-0,97%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	1,25%	2,64%

(R\$ 7,2 bilhões, 10,4%) decorrente, principalmente, do crescimento nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 3,9 bilhões 21,1%), nas outras receitas (R\$ 2,9 bilhões 30,3%) e nas receitas de cota parte de compensações (R\$ 2,6 bilhões, 14,7%).

Houve elevação de R\$ 23,3 bilhões (26,0%) nas transferências a Estados e Municípios de janeiro a agosto de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

No período de janeiro a agosto de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 23,3 bilhões (26,0%). A referida evolução decorreu: i) do crescimento de R\$ 18,8 bilhões (28,1%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R\$ 3,4 bilhões (97,5%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

As despesas do PAC cresceram R\$ 4,8 bilhões (40,3%) em 2011, em comparação com o mesmo período de 2010.

Até agosto de 2011, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 27,4 bilhões (10,7%) frente ao mesmo período de 2010. Tal evolução decorreu, principalmente, dos aumentos: i) de R\$ 11,0 bilhões (10,3%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,06 p.p); ii) de R\$ 6,8 bilhões (8,1%) nas despesas discricionárias; iii) de R\$ 4,8 bilhões (40,3%) nas despesas do PAC; e iv) de R\$ 1,8 bilhão nas despesas com LOAS/RMV (12,2%).

O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 5,0 bilhões (16,5%) relativamente aos primeiros oito meses de 2010, atingindo o equivalente a 0,97% do PIB, de janeiro a agosto de 2011, frente um déficit equivalente a 1,29% do PIB em igual período de 2010.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 5,0 bilhões (16,5%) quando comparado o período de janeiro a agosto de 2010, alcançando R\$ 25,5 bilhões, frente aos R\$ 30,6 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 21,5 bilhões (16,7%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 16,4 bilhões (10,3%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 10,3 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 35,8 bilhões.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 56,6 bilhões em agosto, contra R\$ 72,7 bilhões verificados em julho de 2011 (diminuição de 22,1%). Este

comportamento é explicado pelas reduções de R\$ 7,1 bilhões nos impostos, de R\$ 7,6 bilhões em contribuições, e de R\$ 1,3 bilhão em demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 25,3 bilhões e as de contribuições R\$ 23,2 bilhões, apresentando em seu conjunto queda de R\$ 14,7 bilhões (23,3%) em relação aos valores apurados em julho. Esse resultado reflete, sobretudo, o decréscimo de R\$ 6,3 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 8,3 bilhões na CSLL, devido ao pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, bem como recolhimento de débito em atraso da CSLL, realizado em julho, no valor de R\$ 5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução de R\$ 1,3 bilhão (14,2%), tendo sido influenciadas pelas seguintes variações: i) decréscimo de R\$ 3,6 bilhões na cota-parte de compensações, explicado, principalmente, pelo pagamento trimestral de royalties sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural, realizado em julho; e ii) crescimento de R\$ 3,2 bilhões na rubrica “Outras”, em função, principalmente, da consolidação de débitos do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º, da lei (redução nos montantes de multas e juros).

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,0% nos oito primeiros meses de 2011, dos quais 8,85% correspondem à arrecadação de impostos, 7,25% à de contribuições e 2,88% às demais receitas.

Na comparação com os oito primeiros meses de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 86,5 bilhões (20,8%), passando de R\$ 415,9 bilhões para R\$ 502,3 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial; ao recolhimento de débito em atraso referente à CSLL, em razão de encerramento de questão judicial, bem como à alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril de 2010 e da consolidação/antecipação de parcelas, em junho e julho de 2011, de débitos da Lei nº 11.941/2009.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 14,1 bilhões (23,9%) no IRPJ e de R\$ 11,5 bilhões (37,1%) na CSLL, explicado por: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, em

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou diminuição de 22,1% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL			
BRASIL, 2011 (R\$ Milhões)			
DISCRIMINAÇÃO ¹	JUL/11	AGO/11	
Impostos	32.464,5	25.321,2	
Imposto de Renda	23.311,3	16.159,8	
IPI	4.115,0	3.781,8	
Outros	5.038,2	5.379,7	
Contribuições	30.757,5	23.171,2	
Cofins	13.398,6	13.834,0	
CPMF	11,2	32,2	
CSLL	11.660,3	3.335,1	
Cide - Combustíveis	774,6	847,6	
Outras	4.912,8	5.122,3	
Demais	9.462,3	8.118,9	
Cota parte	5.001,9	1.415,5	
Diretamente Arrecadada	2.776,2	2.401,9	
Dividendos da União	1.511,6	932,1	
Concessões	55,7	11,4	
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	
Outras	116,9	3.358,1	
Total Bruto	72.684,3	56.611,4	

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Retfis foram distribuídos nos respectivos tributos.

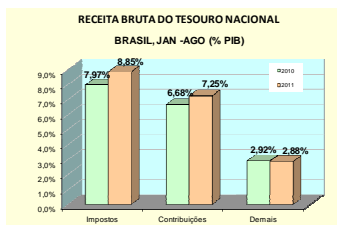
Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos primeiros oito meses de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia, além do efeito decorrente de recolhimento de débito em atraso por questão judicial e as alterações na legislação.

relação aos mesmos períodos de 2009 e 2010; ii) pagamento de débito em atraso da CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões; e iii) crescimento no IRPJ, em função de reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 3,1 bilhões, aplicados sobre depósitos da Lei 11.941/2009.

- b) crescimento de R\$ 14,9 bilhões (23,4%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 6,9 bilhões (17,9%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 16,0% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a julho de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 5,5 bilhões (38,7%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a agosto de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 42,5% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 37,7% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 1,9 bilhão (27,7%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2010	2011
Impostos	7,97%	8,85%
Imposto de Renda	5,67%	6,30%
IPI	1,04%	1,14%
Outros	1,26%	1,41%
Contribuições	6,68%	7,25%
Cofins	3,74%	3,91%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,31%	1,60%
Cide - Combustíveis	0,21%	0,23%
Outras	1,42%	1,50%
Demais	2,92%	2,88%
Cota parte	0,75%	0,77%
Diretamente Arrecadada	0,77%	0,84%
Dividendos da União	0,71%	0,48%
Concessões	0,02%	0,07%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	0,00%
Outras	0,67%	0,73%
Total Bruto	17,57%	18,98%



- c) incremento de R\$ 15,0 bilhões (16,9%) na Cofins e de R\$ 4,3 bilhões (18,4%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 12,8% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a julho de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; e ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações, entidades financeiras e recolhimentos do comércio em geral.
- d) incremento de R\$ 5,5 bilhões (22,3%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da elevação de 28,4% no valor em dólar das importações tributadas e de 9,4% na alíquota média efetiva do imposto; bem como da redução de 9,5% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio atacadista, entre outros; além do término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como da reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, de R\$ 111 milhões e de R\$ 436 milhões, respectivamente, nos meses de janeiro, abril e julho de 2011, aplicados sobre depósitos da Lei nº 11.941/2009.
- e) crescimento de R\$ 4,0 bilhões (23,8%) na arrecadação de IOF, devido a alterações nas alíquotas desse imposto nas operações de crédito da pessoa física e de câmbio, bem como crescimento no volume de operações de crédito.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 7,2 bilhões (10,4%), em relação aos oito primeiros

meses de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 3,9 bilhões (21,1%) nas receitas diretamente arrecadadas; ii) crescimento de R\$ 2,9 bilhões (30,3%) em outras receitas, como consequência, principalmente, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º, da lei (redução nos montantes de multas e juros); iii) aumento de R\$ 2,6 bilhões (14,7%) em cota parte de compensações; iv) incremento de R\$ 1,3 bilhão (243,1%) em concessões, em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente o montante de R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B); e v) da redução de R\$ 4,0 bilhões (24,1%) nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos.

Em agosto de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 14,2 bilhões, contra R\$ 12,3 bilhões no mês anterior, apresentando variação positiva de R\$ 1,8 bilhão (15,0%). Esse comportamento resulta de: i) acréscimo de R\$ 2,1 bilhões nas demais transferências, como consequência do aumento de R\$ 2,0 bilhões nos valores repassados referentes a royalties de exploração de petróleo e gás natural; e ii) redução de R\$ 565,1 milhões nas transferências da CIDE, devido à transferência trimestral realizada em julho.

Nos primeiros oito meses de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 23,3 bilhões (26,0%), elevando-se de R\$ 89,7 bilhões no acumulado de janeiro a agosto de 2010, para R\$ 113,1 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 18,8 bilhões (28,1%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 3,4 bilhões (97,5%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	2,82%	3,23%
CIDE - Combustíveis	0,05%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,05%	0,05%
Demais	0,86%	0,93%
Total	3,79%	4,27%

¹Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jul	Ago
Terceiro Decêndio	9.603,6	13.568,3
Primeiro Decêndio	2.368,7	1.906,4
Segundo Decêndio	8.874,2	6.028,9
Total	20.846,5	21.503,5

¹Inclui valores transferidos relativos a classificação de IR e IPI por estimativa.

Houve elevação de R\$ 23,3 bilhões (26,0%) nas transferências a Estados e Municípios nos primeiros oito meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	66.794,2	85.572,4
CIDE - Combustíveis	1.296,5	1.520,1
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	1.300,0	1.300,0
Demais	20.339,2	24.680,0
Total	89.729,9	113.072,5

¹Inclui auxílio financeiro

Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/11	AGO/11
Pessoal e Encargos	17.350,5	13.501,5
Custeio e Capital	26.803,5	19.942,2
Despesas do FAT	7.577,0	3.113,7
Subsídios e Subvenções ¹	1.213,8	565,8
LOAS/RMV	2.092,2	2.092,8
Outras	15.920,4	14.169,8
Transferência ao Bacen	185,5	187,0

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	JUL/11	AGO/11
Agricultura	979,5	104,4
Custeio Agropecuário	45,0	0,0
Investimento Rural	22,7	-15,9
Preços Agrícolas	244,8	-34,5
- EGF	1,9	0,0
- AGF	84,9	-34,5
- Sustent. de preços	158,0	0,0
Pronaf	564,9	-1,8
Pesa	64,8	23,1
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	36,8	132,4
FUNCAFÉ	0,6	1,2
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	21,9	56,2
PSI	0,0	0,0
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-3,4	-6,5
Exportação (Proex)	25,3	62,7
Total	1.001,3	160,6

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/11	AGO/11
Precatórios e Sentenças	44,8	38,9
Legislativo	103,8	112,5
Judiciário	465,4	458,5
Crédito Extraordinário	371,4	305,4
PAC	2.672,4	1.856,1
Outras	136,8	151,5
Discricionárias	12.125,7	11.246,8
d/q Min. da Saúde	4.740,8	4.416,1
Min. do Des. Social	1.611,7	1.750,4
Min. da Educação	2.228,2	1.907,5
Min. da Defesa	1.110,4	980,9
Min. da Ciência e Tec.	430,5	401,8
Min. do Des. Agrário	220,0	288,4
Min. da Justiça	222,7	213,5
Min. da Previdência	193,5	190,2
Min. dos Transportes	126,3	51,8
Min. das Cidades	99,7	40,2
Demais	1.141,7	1.006,0
Total	15.920,4	14.169,8

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 33,6 bilhões, contra R\$ 44,3 bilhões no mês anterior, apresentando redução de R\$ 10,7 bilhões (24,2%). Essa evolução decorreu principalmente da redução de R\$ 3,8 bilhões (22,2%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais e da diminuição de R\$ 4,5 bilhões (58,9%) nas despesas do FAT.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais atingiram R\$ 13,5 bilhões em agosto, frente a R\$ 17,3 bilhões registrados em julho, reflexo do pagamento da primeira parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal no mês de julho. O pagamento de sentenças judiciais e precatórios, que em julho registrou R\$ 302,0 milhões, em agosto recuou para o patamar de R\$ 54,7 milhões (redução de R\$ 247,3 milhões).

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 19,9 bilhões em agosto, contra R\$ 26,8 bilhões em julho (redução de R\$ 6,9 bilhões). As principais variações nesse grupo foram registradas: i) nas despesas do FAT (diminuição de R\$ 4,5 bilhões); ii) nas outras despesas de custeio e capital (diminuição de R\$ 1,8 bilhão); e iii) no gasto com subsídios e subvenções econômicas (diminuição de R\$ 648,0 milhões). As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no mesmo patamar do mês anterior, em R\$ 2,1 bilhões.

As despesas do FAT totalizaram R\$ 3,1 bilhões em agosto contra R\$ 7,6 bilhões em julho, diminuição de R\$ 4,5 bilhões. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat nº 668/2011.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o decréscimo de R\$ 1,8 bilhão foi influenciado pela diminuição das despesas discricionárias em R\$ 878,9 milhões e das do PAC em R\$ 816,3 milhões. No caso das despesas discricionárias, a variação ocorrida reflete as reduções das despesas dos Ministérios da Saúde (R\$ 324,7 bilhões), dos Educação (R\$ 320,7 milhões) e da Defesa (R\$ 129,5 milhões). O Ministério do Desenvolvimento Social apresentou aumento de R\$ 138,7 milhões em suas despesas, frente ao mês de julho.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,74% do PIB, contra 10,85% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 27,4 bilhões (10,7%) em relação a 2010, decorrente dos incrementos de R\$ 11,0 bilhões (10,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e de R\$ 15,8 bilhões (10,6%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 6,30% para 6,23% do PIB (decréscimo de 0,07 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 0,12 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; ii) aumento em 0,02 p.p. nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; e, iii) crescimento de 0,03 p.p. nas despesas do FAT. As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no mesmo patamar quando expressas em proporção do PIB.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,06 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,51% em 2010, para 4,46% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 11,0 bilhões. Destaca-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 4,9 bilhões em 2011, contra desembolso de R\$ 4,0 bilhões no mesmo período de 2010.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 7,1 bilhões em 2011, contra R\$ 5,8 bilhões no mesmo período de 2010. O crescimento de R\$ 1,3 bilhão no período decorreu, principalmente, do crescimento do programa de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 1,9 bilhão), das transferências aos Fundos Regionais (R\$ 1,2 bilhão), do Programa de Sustentação de Investimentos – PSI (R\$ 429,0 milhões) e do Proex (R\$ 403,7 milhões). Por outro lado, diminuíram as despesas com as Aquisições do Governo Federal - AGF (R\$ 1,8 bilhão), com o Reordenamento de Passivos (R\$ 475,1 milhões), com o programa de Fundo da Terra/Incra (R\$ 284,2 milhões), e com programa de Sustentação de Preços (R\$ 341,6 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,8 bilhão (12,2%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes de 5,9% e 0,9% do salário mínimo nos meses de janeiro e março de 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 6,9% no período de janeiro a agosto de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

As despesas do Tesouro Nacional diminuíram 0,11 p.p. do PIB nos primeiros oito meses de 2011 frente ao mesmo período de 2010

DESAPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	10,85%	10,74%
Pessoal e Encargos	4,51%	4,46%
Custeio e Capital	6,30%	6,23%
Despesas do FAT	0,83%	0,86%
Subsídios e Subvenções ¹	0,24%	0,27%
LOAS/RMV	0,62%	0,62%
Outras	4,60%	4,48%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,05%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,06 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2011 relativamente ao mesmo período de 2010.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	3.544,4	3.698,1
Custeio Agropecuário	35,9	488,2
Investimento Rural	-1,8	23,9
Preços Agrícolas	2.288,3	110,0
- EGF	88,3	42,0
- AGF	1.252,4	-538,0
- Sustent. de preços	947,6	606,0
Pronaf	275,2	2.151,1
Pesa	294,0	555,1
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	582,4	298,2
FUNCAFÉ	70,5	45,8
Revitaliza	0,0	25,7
Outros	-188,6	640,6
PSI	0,0	429,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-15,5	-18,9
Exportação (Proex)	-173,2	230,5
Total	3.355,8	4.338,6

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Em 2011, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC aumentaram R\$ 4,8 bilhões (incremento de 40,3%) em relação ao exercício de 2010.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN - AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2.208,9	2.430,5
Legislativo	766,5	837,8
Judiciário	3.418,0	3.660,3
Crédito Extraordinário ¹	5.643,6	3.699,2
PAC ²	11.924,6	16.724,9
Outras ³	1.528,9	1.001,0
Discricionárias	83.468,7	90.261,6
d/q Min. da Saúde	34.253,1	36.798,0
Min. do Des. Social	11.186,9	12.731,6
Min. da Educação	12.277,2	13.946,8
Min. da Defesa	7.432,7	8.082,4
Min. da Ciência e Tec.	2.793,7	2.763,1
Min. do Des. Agrário	1.617,0	1.251,9
Min. da Justiça	1.987,0	1.750,9
Min. da Previdência	1.331,3	1.318,5
Min. dos Transportes	694,3	645,7
Min. das Cidades	814,8	515,1
Demais	9.080,6	10.457,4
Total	108.959,2	118.615,4

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit.
³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

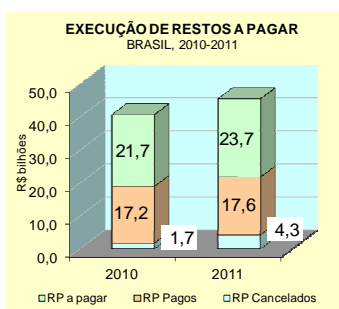
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2011**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
ago/01	1.268.596	-	433.147	-	835.449	-
ago/02	1.415.860	12%	511.724	18%	904.136	8%
ago/03	1.609.090	14%	615.004	20%	994.086	10%
ago/04	1.836.724	14%	776.790	26%	1.059.934	7%
ago/05	2.138.481	16%	981.309	26%	1.157.172	9%
ago/06	2.356.821	10%	1.112.434	13%	1.244.388	8%
ago/07	2.538.216	8%	1.219.547	10%	1.318.670	6%
ago/08	2.766.385	9%	1.337.405	10%	1.428.979	8%
ago/09	3.015.609	9%	1.467.925	10%	1.547.684	8%
ago/10	3.250.636	8%	1.569.584	7%	1.681.052	9%
ago/11	3.473.366	6,9%	1.647.487	5%	1.825.879	9%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 9,7 bilhões (8,9%) entre janeiro e agosto de 2011, em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 6,8 bilhões (8,1%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 4,8 bilhões (40,3%). Por outro lado, registraram redução no período as despesas com créditos extraordinários (R\$ 1,9 bilhão, 34,5%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 818,4 milhões). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 2,5 bilhões), da Educação (R\$ 1,7 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 1,5 bilhão) e da Defesa (R\$ 649,7 milhões). Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram o montante de R\$ 28,0 bilhões, apresentando crescimento de 0,2% em relação ao mesmo período de 2010.

Quanto aos gastos discricionários, destacaram-se os crescimentos dos dispêndios dos seguintes projetos/atividades em relação ao ano de 2010: Transferência de renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza (R\$ 1,6 bilhão), Atenção à saúde da população para procedimentos de alta e média complexidade (R\$ 1,2 bilhão), Imunobiológicos para prevenção e controle de doenças (R\$ 391,9 milhões) e Piso de atenção básica variável – Saúde da Família (R\$ 387,9 milhões).

O montante de restos a pagar (RP) pagos até agosto de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 17,6 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,7 bilhões), da Saúde (R\$ 3,2 bilhões), da Defesa (R\$ 2,9 bilhões), e da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,1 bilhão).



Em agosto, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,9 bilhões, contra um déficit de R\$ 2,1 bilhões em julho. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu-se em R\$ 5,1 bilhões, passando de R\$ 30,6 bilhões de janeiro a agosto de 2010, para R\$ 25,5 bilhões no mesmo período de 2011.

Previdência Social

Em agosto, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 3,9 bilhões, contra déficit de R\$ 2,1 bilhões em julho. No período janeiro a agosto de 2011, o déficit do RGPS situou-se em 0,97% do PIB, frente um déficit equivalente a 1,29% do PIB registrado em igual período de 2010.

DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO	JAN - AGO	
	2011	2012	2010	2011
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	19.756,1	20.450,9	128.833,4	150.318,7
Arrecadação Bruta	21.800,8	22.651,5	143.529,8	167.893,1
- Contribuição Previdenciária	19.434,8	20.215,3	129.749,9	150.909,6
- Simples	2.199,4	2.143,5	11.997,9	15.304,6
- CFT	34,8	21,6	355,9	268,8
- Depósitos Judiciais	121,5	260,4	1.340,3	1.328,2
- Refis	10,3	10,7	85,9	81,9
(-) Restituição/Devolução	-41,4	-140,9	-388,4	-553,2
(-) Transferências a Terceiros	-2.003,4	-2.059,7	-14.308,0	-17.021,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	21.840,9	24.376,9	159.410,2	175.855,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.084,8	-3.926,0	-30.576,8	-25.536,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,29%	-0,97%

No mês, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 20,5 bilhões, apresentando aumento de R\$ 694,8 milhões (3,5%) frente aos ingressos líquidos de julho. Comparativamente ao acumulado de janeiro a agosto de 2010, a arrecadação líquida em 2011 aumentou R\$ 21,5 bilhões (16,7%). Contribuiu para esse comportamento o crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e julho de 2011 foi 15,96% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios, em agosto, totalizaram R\$ 24,4 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 2,5 bilhões (11,6%) em relação a julho, devido, principalmente, ao pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência. Comparativamente ao acumulado no período de janeiro a agosto de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 16,4 bilhões (10,3%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 48,85 (6,4%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 926,4 mil (3,9%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	128.833,4	150.318,7	16,7%
Urbano	125.752,1	146.862,7	16,8%
Rural	3.081,4	3.456,0	12,2%
Benefícios	159.410,2	175.855,6	10,3%
Urbano	123.480,1	136.574,0	10,6%
Rural	35.930,1	39.281,6	9,3%
Res. Primário	-30.576,8	-25.536,9	-16,5%
Urbano	2.272,0	10.288,8	352,9%
Rural	-32.848,8	-35.825,7	9,1%

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 539,6 mil aposentadorias (3,5%), 170,2 mil pensões por morte (2,6%) e 199,2 mil benefícios de auxílio-doença (16,5%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, MÉDIA JAN-AGO

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,7	24,7	3,9%
Valor médio RGPS**	762,5	811,3	6,4%

(*) em milhões

(**) em R\$ 1,00

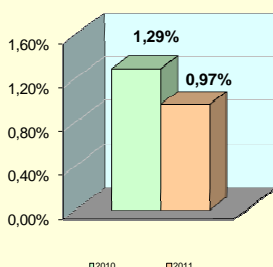
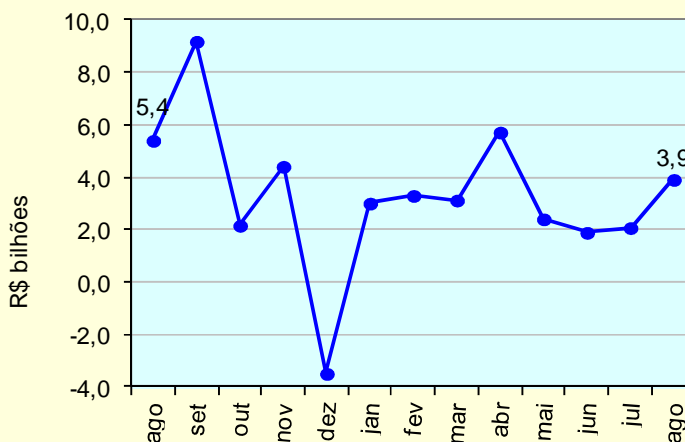
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,44%	5,68%
Urbano	5,31%	5,55%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,73%	6,65%
Urbano	5,22%	5,16%
Rural	1,52%	1,48%
Res. Primário	-1,29%	-0,97%
Urbano	0,10%	0,39%
Rural	-1,39%	-1,35%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, 2010-2011

	Em mil benefícios			
	JUL 2011	AGO 2011	JAN - AGO 2010 2011	
Benefícios do RGPS	24.835	24.945	23.740	24.667
Previdenciários	24.005	24.109	22.949	23.839
Aposentadorias	15.895	15.949	15.251	15.784
Idade	8.320	8.350	7.959	8.258
Invalidez	2.984	2.991	2.921	2.974
Tempo de contribuição	4.591	4.609	4.371	4.552
Pensão por morte	6.719	6.737	6.515	6.686
Auxílio-Doença	1.245	1.271	1.057	1.230
Salário - maternidade	82	86	71	77
Outros	64	66	55	63
Acidentários	830	836	792	828
Aposentadorias	171	172	162	169
Pensão por morte	124	124	126	125
Auxílio - doença	180	184	153	179
Auxílio - acidente	285	286	277	283
Auxílio - suplementar	70	70	74	71

Como proporção do PIB, em relação a janeiro a agosto de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,24 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,09 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,29% para 0,97% do PIB, ou seja, 0,33 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, JAN - AGO (% do PIB)

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, 2010/2011


DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 929,0 bilhões em agosto, o equivalente a 23,5% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 10,0 bilhões, em termos nominais, consequência do aumento de R\$ 9,3 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, e de R\$ 737,2 milhões na Dívida Externa Líquida. Relativamente ao PIB, houve aumento de 0,1 p.p no mês.

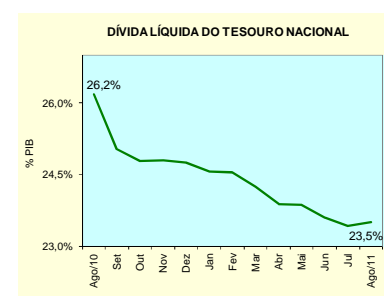
Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 929,0 bilhões, o equivalente a 23,5% do PIB, reduzindo-se em 2,7 p.p do PIB em relação a agosto de 2010.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 AGO	2011 JUL	2011 AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	827.006	844.719	854.025
I.1. Dívida Interna	2.184.157	2.343.667	2.387.596
I.2. Haveres Internos	1.357.151	1.498.948	1.533.572
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	93.169	74.275	75.012
II.1. Dívida Externa	93.503	74.639	75.435
II.2. Haveres Externos	334	364	423
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	920.175	918.994	929.037
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	26,2%	23,4%	23,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,7 p.p, passando de 26,2% em agosto de 2010 para 23,5% em agosto de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 8,9 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 27,0 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida e da redução de R\$ 18,2 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida.

No mês de agosto, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 854,0 bilhões, o equivalente a 21,6% do PIB. A variação de R\$ 9,3 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo aumento de R\$ 43,9 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado em grande parte pelo aumento dos haveres internos no valor de R\$ 34,6 bilhões.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,9 p.p., passando de 23,5% para 21,6%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 827,0 bilhões, em agosto de 2010, para R\$ 854,0 bilhões, em agosto de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 203,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 176,4 bilhões nos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,9 p.p. do PIB em comparação a agosto de 2010.

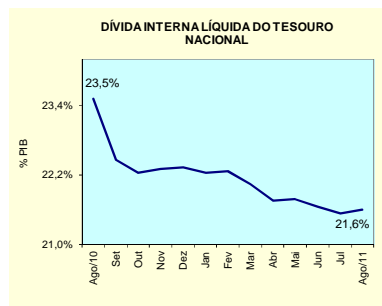


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 AGO	2011 JUL	2011 AGO
I. DÍVIDA INTERNA	2.184.157	2.343.667	2.387.596
I.1. Dívida Mobiliária	2.169.059	2.331.729	2.375.956
DPMFi em Poder do Público ¹	1.524.606	1.659.807	1.692.958
DPMFi em Poder do Banco Central	668.964	701.173	711.319
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(24.510)	(29.250)	(28.321)
I.2. Demais Obrigações Internas	15.098	11.937	11.640
II. HAVERES INTERNOS	1.357.151	1.498.948	1.533.572
II.1. Disponibilidades Internas	337.652	364.961	402.637
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	453.071	481.917	480.494
II.3. Haveres da Administração Indireta	228.566	248.604	244.872
II.4. Haveres Administrados pela STN	337.862	403.466	405.568
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	827.006	844.719	854.025
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	23,5%	21,5%	21,6%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Título	R\$ bilhões		
	2010 AGO	2011 JUL	2011 AGO
Em Poder do Público	1.525	1.660	1.693
LFT	524	553	560
LTN	318	334	348
NTN-B	353	427	433
NTN-C	61	61	61
NTN-F	231	253	256
Demais ¹	37	33	34
Aplic. em Tít. Púb.	-25	-29	-28
Na carteira do BCB	669	701	711
Total	2.169	2.332	2.376
% PIB	61,7%	59,4%	60,1%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em agosto, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês anterior, cresceu R\$ 44,2 bilhões em termos nominais e 0,7 p.p., em proporção do PIB. Essa variação da DPMFi pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 23,7 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 19,6 bilhões ocorridos no período. Em relação a agosto do ano anterior, houve aumento de R\$ 206,9 bilhões em termos nominais, entretanto, em proporção do PIB houve redução de 1,6 p.p., passando de 61,7% para 60,1% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve aumento no mês de R\$ 33,2 bilhões, que está associado à emissão líquida de R\$ 16,3 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 16,8 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve aumento de R\$ 10,1 bilhões, devido à emissão líquida de R\$ 3,2 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 6,9 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, comparada ao mês anterior, houve aumento no estoque de LTN, R\$ 13,9 bilhões, de LFT, R\$ 7,9 bilhões, de NTN-B, R\$ 5,8 bilhões e de NTN-F, R\$ 3,6 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, AGO/2011

Título	Saldo Jul/11	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Ago/11
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.659,8	26,5	(10,2)	16,8	1.693,0
LFT	552,5	3,6	(1,6)	5,9	560,4
LTN	333,9	10,3	(0,0)	3,5	347,8
NTN-B	427,0	10,1	(7,6)	3,3	432,8
NTN-C	60,5	0,0	(0,0)	0,8	61,3
NTN-F	252,8	0,8	(0,0)	2,8	256,3
Demais ¹⁴	33,0	1,7	(1,0)	0,5	34,3
Na carteira do BCB	701,2	7,0	(3,8)	6,9	711,3
Total	2.361,0	33,5	(13,9)	23,7	2.404,3

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 34,6 bilhões em relação ao mês anterior. Esse comportamento reflete o crescimento de R\$ 37,7 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 2,1 bilhões nos haveres administrados pela STN, bem como a redução de R\$ 3,7 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 1,4 bilhão nos haveres junto aos governos regionais.

Em relação aos haveres administrados pela STN, o aumento de R\$ 2,1 bilhões deve-se à elevação de R\$ 1,5 bilhão no saldo dos haveres de legislação específica e de R\$ 530,9 milhões nos haveres de operações estruturadas.

Quanto à redução dos haveres da administração indireta, a diminuição de R\$ 3,7 bilhões deve-se fundamentalmente à redução de R\$ 5,2 bilhões no saldo dos Fundos diversos, que foi compensada pelo crescimento de R\$ 806,6 milhões nos haveres do FAT e R\$ 625,5 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, houve redução nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 8.727/1993 em R\$ 521,4 milhões e nos saldos das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, cuja redução alcançou R\$ 879,4 milhões.

Em agosto, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 75,0 bilhões, contra R\$ 74,3 bilhões, em julho. Houve aumento de R\$ 737,2 milhões em termos nominais, mantendo-se estável em relação ao PIB. Essa vari-

Discriminação	HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2010/2011		
	R\$ bilhões		
	2010 AGO	2011 JUL AGO	
Lei 9.496/97	333,3	362,3	361,5
MP 2.185/01	52,8	58,6	58,5
Lei 8.727/93	35,1	31,0	30,5
Antecipação de Royalties	10,0	9,0	9,0
Bônus Renegociados	5,8	4,6	4,7
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,0	16,3	16,3
Total	453,1	481,9	480,5
% PIB	12,9%	12,3%	12,2%

Dívida Externa Líquida

ação reflete o resgate líquido de R\$ 1,1 bilhão, além da variação cambial no montante de R\$ 1,3 bilhão e apropriação de juros no valor de R\$ 670,7 milhões.

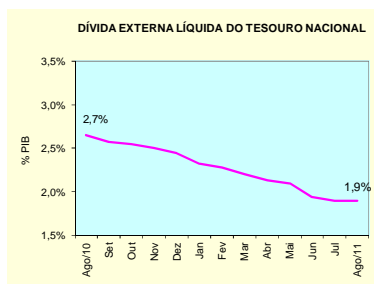


TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 AGO	2011 JUL AGO	
I. DÍVIDA EXTERNA	93.503	74.639	75.435
I.1. Dívida Mobiliária	73.009	60.603	61.025
Euro	6.687	3.966	4.077
Global US\$	55.576	45.024	45.226
Global BRL	10.549	11.490	11.596
Demais	196	123	126
I.2. Dívida Contratual	20.494	14.036	14.410
Organismos Internacionais	17.431	10.167	10.371
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.062	3.869	4.039
II. HAVERES EXTERNOS	334	364	423
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	334	364	423
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	93.169	74.275	75.012
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,7%	1,9%	1,9%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em agosto de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 75,0 bilhões, equivalentes a 1,9% do PIB, valor inferior, em 0,8 p.p. do PIB, ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 18,2 bilhões, passando de R\$ 93,2 bilhões, em agosto de 2010, para R\$ 75,0 bilhões, em agosto de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,8 p.p.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, AGO/2011

Discriminação	Estoque Jul/11	Fatores de Variação				Estoque Ago/11
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	60.603	0	(1.116)	558	980	61.025
Global US\$	45.024	0	(1.116)	424	894	45.226
Euro	3.966	0	0	28	83	4.077
Global BRL	11.490	0	0	105	0	11.596
Demais	123	0	0	1	2	126
Dívida Contratual	14.036	17	(42)	113	286	14.410
Org. Internacionais	10.167	2	(12)	13	201	10.371
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.869	16	(30)	100	85	4.039
Total	74.639	17,4	(1.158,1)	670,7	1.265,5	75.435

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 80,9% (R\$ 61,0 bilhões); e a dívida contratual representa 19,1% (R\$ 14,4 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Agosto 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Ago/2010	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2011
I. RECEITA TOTAL	69.816,5	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9	75.600,5	83.665,4	90.139,5	74.965,2
I.1. Receitas do Tesouro	52.288,3	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1	56.326,6	63.849,2	70.168,3	54.293,8
I.1.1. Receita Bruta	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4
I.1.1.1. Impostos	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.321,3
IR	15.243,5	14.649,7	19.882,7	16.133,7	23.328,1	29.749,4	14.644,6	18.468,1	25.933,8	17.450,7	21.107,9	23.311,3	16.159,8
IR - Pessoa Física	1.346,1	1.184,9	1.577,2	1.567,4	1.176,5	1.006,9	774,0	838,2	4.861,4	2.635,7	1.842,2	1.697,4	1.719,3
IR - Pessoa Jurídica	6.518,7	6.025,5	10.227,8	5.420,1	8.616,9	15.838,8	5.929,0	8.635,0	11.160,9	6.182,8	6.673,6	12.380,8	6.080,9
IR - Retido na Fonte	7.378,8	7.439,2	8.077,7	9.146,2	13.534,7	12.903,6	7.941,6	8.994,9	9.911,6	8.632,2	12.592,0	9.233,0	8.359,6
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.748,4	4.655,6	4.603,8	6.199,4	5.814,1	7.110,3	5.105,2	6.407,2	5.998,6	5.362,2	5.183,1	5.225,7	5.076,6
IRRF - Rendimentos do Capital	1.336,9	1.270,9	1.853,3	1.584,9	5.373,0	3.513,4	1.383,8	1.258,9	2.078,5	1.732,2	5.926,1	1.843,9	1.817,7
IRRF - Remessas ao Exterior	761,3	911,5	1.033,9	820,2	1.733,5	1.536,3	903,9	811,8	1.293,6	987,8	815,5	1.451,1	884,8
IRRF - Outros Rendimentos	532,2	601,3	586,7	614,1	614,1	743,6	548,6	517,0	540,9	550,0	667,3	712,4	580,5
IPI	3.504,3	3.633,2	3.646,6	3.922,7	4.182,3	3.981,2	3.362,9	3.585,8	3.862,8	3.637,8	3.755,0	4.115,0	3.781,8
IPI - Fumo	268,3	299,8	302,1	323,8	310,2	347,6	371,2	263,2	331,4	262,1	304,8	286,3	297,7
IPI - Bebidas	176,7	191,8	230,2	216,3	242,1	276,0	188,5	197,4	205,0	222,4	227,8	236,2	231,5
IPI - Automóveis	529,6	589,3	560,1	601,9	656,9	651,4	484,5	603,4	628,1	586,3	593,8	587,3	612,6
IPI - Vinculado a importação	1.059,7	1.069,0	1.008,1	1.151,0	1.072,0	959,2	960,0	1.062,1	1.002,4	1.044,3	1.029,4	1.098,3	1.198,9
IPI - Outros	1.470,0	1.483,3	1.546,1	1.629,7	1.901,0	1.747,0	1.358,6	1.459,7	1.695,9	1.522,6	1.599,3	1.906,9	1.441,0
IOF	2.291,3	2.200,5	2.874,9	2.351,6	2.549,3	2.368,1	2.200,4	1.991,5	2.802,1	2.669,7	2.810,3	2.833,9	2.904,3
Imposto de Importação	1.982,3	1.957,8	1.918,0	2.078,7	1.917,1	1.878,0	1.888,8	2.121,0	1.904,2	2.164,8	2.062,3	2.188,8	2.462,0
Outros	8,7	327,6	61,5	46,3	48,5	9,9	10,0	10,2	10,2	9,3	13,4	15,5	13,3
I.1.1.2. Contribuições	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2
COFINS	11.508,6	12.121,0	12.801,0	12.833,4	13.473,2	13.643,6	11.518,4	12.518,6	12.677,3	12.643,8	13.192,2	13.398,6	13.834,0
CPMF	8,7	8,5	15,1	17,4	10,3	4,8	13,4	11,2	5,3	7,0	4,8	11,2	32,2
CSLL	3.302,1	2.849,4	5.049,5	2.991,9	4.119,8	8.025,5	3.359,6	4.229,8	5.238,1	3.165,5	3.370,4	11.660,3	3.335,1
CIDE-Combustíveis	700,0	683,0	703,7	677,6	660,9	727,2	674,2	662,6	883,7	796,3	746,7	774,6	847,6
Pis/Pasep	2.988,0	3.225,9	3.276,1	3.311,2	7.496,8	3.623,6	3.160,5	3.287,0	3.394,8	3.425,4	3.482,4	3.545,4	3.585,6
Salário Educação	883,9	931,0	898,5	921,7	940,1	1.695,3	996,9	977,1	960,6	981,0	1.010,5	1.010,1	1.043,1
Outras	374,9	524,2	446,7	357,7	461,7	526,2	373,7	415,1	448,3	390,1	570,2	357,2	493,6
I.1.1.3. Demais	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9
CPSS ¹	829,3	856,8	844,3	1.387,0	1.057,2	849,8	861,1	867,7	857,0	864,7	885,0	881,9	879,6
Cota parte de compensações financeiras	1.087,7	1.127,3	3.358,9	1.119,5	1.146,6	3.823,5	1.290,8	1.222,6	4.616,0	1.414,5	1.475,5	5.001,9	1.415,5
Diretamente arrecadadas	1.955,4	1.901,5	2.053,5	2.016,8	3.064,1	2.719,8	2.681,4	2.223,7	4.819,4	2.324,1	2.244,6	2.776,2	2.401,9
Concessões	14,9	16,6	15,5	14,2	593,9	256,1	9,7	15,6	11,4	1.071,9	346,4	55,7	11,4
Dividendos	6.795,1	42,9	4,6	2.961,6	2.641,8	2,3	1.549,1	1.616,3	2.245,9	2.570,6	2.302,8	1.511,6	932,1
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	738,7	1.114,5	1.138,3	1.009,0	-137,5	213,0	795,0	1.317,3	243,4	1.213,2	6.902,6	-765,0	2.478,5
I.1.2. (-) Restituições	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9
I.2. Receitas da Previdência Social	17.330,6	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2	19.039,8	19.612,1	19.756,1	20.450,9
Urbana	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4
Rural	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5
I.3. Receitas do Banco Central	197,5	265,5	140,7	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1	222,6	234,1	204,1	215,1	220,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.008,1	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7	16.281,9	13.984,7	12.340,1	14.188,4
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0
II.4. Demais	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5
II.4.1. Salário Educação	517,3	530,3	558,7	539,1	553,0	440,5	1.140,4	598,4	586,1	577,0	588,2	606,3	606,0
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	2.085,6	816,1	836,0	1.933,9	843,0	852,8	2.124,8	1.071,5	791,3	2.767,3	1.044,0	961,3	2.967,3
II.4.3. Fundef/Fundeb	443,1	478,6	478,6	478,6	478,6	2.001,0	8,3	501,5	1.586,2	501,5	1.047,6	512,7	634,0
II.4.4. Outras	11,2	18,0	283,5	48,4	44,6	56,9	13,0	14,3	14,7	14,4	14,3	20,2	16,1

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Ago/2010	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2011
I. DESPESA TOTAL	53.802,9	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.958,2	61.118,9	48.594,2	54.080,7	59.411,4	55.153,1	59.093,4	66.462,7	58.286,4
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	12.904,9	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0	15.718,7	13.519,1	13.770,0	16.392,2	13.868,7	13.768,9	17.350,5	13.501,5
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	113,6	142,7	109,2	161,2	162,0	86,8	76,9	125,3	3.167,8	778,9	276,1	302,0	54,7
I.2. Benefícios Previdenciários	22.746,2	26.314,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9	20.137,7	21.093,2	21.155,7	24.275,6	21.459,6	21.515,9	21.840,9	24.376,9
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	17.037,1	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3	18.258,9
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	231,4	356,2	266,3	275,0	277,1	174,7	143,4	219,5	2.514,9	234,8	322,4	292,1	407,3
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	5.709,2	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6	6.118,0
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	67,1	85,0	74,3	80,4	76,2	49,8	40,2	62,2	706,6	66,2	90,8	82,3	137,3
I.3. Custeio e Capital	17.765,9	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.716,2	24.939,3	13.520,5	18.725,3	18.283,2	19.361,0	23.327,1	26.803,4	19.942,2
I.3.1. Despesa do FAT	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0	3.113,7
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7	3.059,6
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2	54,2
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	379,6	544,9	1.161,6	91,6	443,1	1.694,4	-16,0	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.213,8	565,8
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3	203,5
Equalização de custeio agropecuário	5,1	4,3	448,6	0,0	0,0	30,1	0,0	178,4	138,4	3,1	93,1	45,0	0,0
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	-13,5	0,3	0,1	0,2	0,9	23,2	0,0	0,0	0,1	6,2	-12,4	22,7	-15,9
Política de preços agrícolas	91,4	185,7	181,7	62,5	-154,9	101,9	-347,6	39,0	-63,6	60,7	109,3	244,8	-34,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	27,7	0,0	0,5	0,3	0,0	11,7	1,9	0,0
Equalização Aquisições do Governo Federal	11,1	23,4	80,9	-38,1	-203,1	-73,8	-347,6	-91,4	-63,9	-69,3	57,6	84,9	-34,5
Garantia à Sustentação de Preços	80,0	162,0	100,6	100,6	48,2	148,0	0,0	130,0	0,0	130,0	40,0	158,0	0,0
Pronaf	31,7	21,5	107,0	-358,8	10,9	943,7	5,2	39,3	163,1	122,6	314,1	564,9	-1,8
Equalização Empréstimo do Governo Federal	15,2	2,2	110,4	2,3	0,0	934,5	0,0	8,1	161,4	117,1	291,0	542,6	0,0
Concessão de Financiamento ⁵	16,5	19,3	-3,4	-361,2	10,9	9,2	5,2	31,3	1,7	5,5	23,2	22,3	-1,8
Proex	-11,1	29,8	66,9	0,7	-29,3	111,7	-36,3	26,0	1,4	30,1	9,7	25,3	62,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,5	39,7	17,9	1,4	28,6	49,3	1,7	46,7	24,0	0,7	59,2	29,0	0,9
Concessão de Financiamento ⁵	-12,6	-9,8	49,0	-0,7	-57,8	62,4	-38,1	-20,7	-22,6	29,4	-49,5	-3,8	61,8
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	0,0	15,9	93,9	40,8	13,9	108,2	38,5	172,1	6,4	15,7	126,4	64,8	23,1
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	7,7	53,2	41,8	49,2	12,1	9,7	22,2	33,2	25,6	18,9	19,4	36,8	132,4
Funcafé	0,7	1,8	2,5	2,4	5,6	15,9	3,6	12,2	5,2	6,4	0,8	0,6	1,2
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	429,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-5,2	-2,8	-1,6	-1,6	-1,8	-2,0	-1,4	-0,9	-1,4	-1,2	-2,1	-3,4	-6,5
Capitalização à Emgea	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,9
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	251,8	235,2	220,7	296,3	585,7	351,8	299,9	373,3	369,1	373,3	383,2	212,5	362,3
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2	2.092,8
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	42.927,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9	13.732,1	14.431,2	17.739,7	15.920,4	14.169,8
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	44,0	42,1	35,0	33,8	43,0	39,9	32,3	42,6	77,3	738,1	1.416,5	44,8	38,9
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	587,9	627,8	564,6	553,5	734,4	512,1	505,9	561,3	572,1	610,3	596,1	569,2	571,0
Legislativo	103,3	78,9	92,0	97,8	158,8	105,0	89,5	95,8	105,2	114,6	111,3	103,8	112,5
Judiciário	484,5	549,0	472,6	455,7	575,6	407,1	416,4	465,5	466,9	495,7	484,9	465,4	458,5
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	818,5	612,5	567,9	1.034,7	740,8	1.166,5	315,1	329,4	354,7	505,2	351,5	371,4	305,4
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.291,4	2.364,5	3.394,3	1.787,7	2.610,9	2.948,9	519,1	1.993,3	2.097,3	2.243,6	2.394,0	2.672,4	1.856,1
I.3.5.5. Outras Obrigações	104,6	87,9	187,2	486,0	569,3	142,2	116,4	84,8	110,4	137,9	136,8	151,5	
I.3.5.6. Discricionárias	9.346,3	11.900,2	10.882,7	11.177,7	11.198,4	14.411,6	8.447,2	10.453,5	10.520,3	10.213,0	12.843,6	12.125,7	11.246,8
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	102,8	132,0	83,3	105,8	139,4	88,9	196,1	197,0	185,8	203,1	165,3	185,5	187,0
I.5. Despesas do Banco Central	283,0	251,9	257,9	282,1	329,6	234,3	265,3	232,7	274,6	260,7	316,2	282,3	278,8
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,4	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4	1.019,2
RMV ⁷	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4	151,5	149,7	148,1	146,7	145,0

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Ago/2010	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2011
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	73.263,8	73.289,8	67.718,2	80.502,3	108.491,5	60.929,8	85.175,1	73.618,1	80.507,7	87.599,8	77.869,6	82.379,2	92.462,9
I.1 - Recolhimento Bruto	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.091,4	64.761,8	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4	68.082,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9	1.387,8	2.284,2	1.837,6	1.297,9	2.477,0
I.4 - Receita das Operações de Crédito	92,5	233,6	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9	115,0
I.5 - Receita do Salário Educação	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4	1.089,0	1.121,7	1.120,2	1.155,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.760,8	20.066,4	19.579,2	18.897,2	20.634,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	87.370,1	64.938,1	71.387,8	86.341,4	80.653,6	105.092,1	80.356,4	76.138,9	80.265,4	88.489,8	82.913,9	94.114,2	91.533,3
II.1 - Liberações Vinculadas	15.004,4	13.036,2	15.414,3	16.410,9	19.513,1	21.910,2	19.941,0	13.611,2	17.998,4	19.704,7	16.869,8	15.827,0	17.659,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5	10.447,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.616,1	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0	3.356,7	1.646,5	2.152,9	3.589,6
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	650,0	1.137,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0	3.111,9	3.197,4	3.374,0	3.459,4
II.2 - Liberações Ordinárias	72.365,7	51.901,9	55.973,5	69.930,4	61.140,5	83.182,0	60.415,4	62.527,7	62.267,1	68.785,1	66.044,1	78.287,3	73.874,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.098,7	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.290,5	14.628,0	15.839,0	17.720,2	14.847,3	18.336,7	14.972,2	14.886,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.408,9	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7	411,1	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,8	640,3
i) Dívida Contratual Interna	102,3	99,3	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0	108,5	107,4	98,6	101,0	104,4	134,4
ii) Dívida Contratual Externa	2.306,6	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9	307,1	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,4	505,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	7.043,6	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6	8.907,4	3.110,0	18.401,6	6.131,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.014,3	21.277,7	20.726,3	24.288,9	21.408,7	21.190,7	21.673,8	27.968,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	16.285,8	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.788,1	18.273,6	19.678,8	18.437,0	23.060,8	22.573,3	21.050,2	24.126,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	176,1	386,0	804,9	156,8	158,8	1.357,0	117,2	789,6	422,9	431,5	684,8	883,7	121,7
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-14.106,3	8.351,7	-3.669,6	-5.839,1	27.837,9	-44.162,3	4.818,7	-2.520,8	242,3	-889,9	-5.044,4	-11.735,1	929,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	47.784,6	35.096,9	47.304,3	20.936,5	23.959,7	37.397,4	33.760,5	38.238,5	49.525,2	39.214,5	38.019,8	38.671,5	22.800,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6	21.346,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8	1.392,0	1.398,5	1.639,4	1.246,4	1.095,8	1.454,1
V. DESPESAS	35.197,1	36.140,3	42.237,3	5.699,1	14.036,8	96.816,4	1.091,4	26.283,3	22.785,7	37.333,0	16.631,9	103.979,0	734,4
V.1 - Amortização da Dívida Interna	32.078,7	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,0	25.551,0	22.085,7	35.819,0	16.222,8	101.822,9	322,4
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6	72,3
V.1.2 - Dívida Contratual	198,2	206,2	204,3	198,9	201,5	224,1	221,6	239,7	235,6	236,2	237,7	244,3	250,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	3.118,3	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.156,1	412,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	13.135,1	310,4	8.495,5	16.701,6	9.952,4	-57.636,3	31.054,2	11.535,2	26.276,5	1.992,3	20.788,3	-64.003,0	21.274,4
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-13.083,6	31.272,6	4.621,1	10.348,5	41.662,1	-115.529,2	39.882,4	11.991,9	36.841,8	-3.395,4	9.679,2	-91.492,4	42.101,3

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Ago/2010	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2011
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.638,7	23.964,3	3.223,7	3.680,0	3.901,2	36.052,1	5.394,7	30.431,4	9.869,3	9.519,9	8.335,7	36.014,6	22.905,3
I.1. Emissão de Títulos	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8	7.003,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.990,0	3.274,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	93,1	18,7	-4,0	65,5	115,6	321,5	257,6	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8	178,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	11.006,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0	12.448,0
II. DESPESAS NO BACEN	18.203,4	0,0	0,0	2.729,8	0,0	48.000,0	3.000,0	27.873,8	9,4	13.906,9	15.000,0	50.464,4	3.800,0
II.1. Resgate de Títulos	13.947,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	4.256,5	0,0	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,6	6.762,4	3.800,0
III. RESULTADO (I - II)	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/10	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/11
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	827.005,7	798.941,5	801.837,8	814.042,8	820.499,3	825.378,0	835.141,9	832.936,1	829.439,2	839.082,5	842.873,7	844.718,9	854.024,6
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2
DPMFi em Poder do Público ¹	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5
DPMFi em Poder do Banco Central	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6
Demais Obrigações Internas	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4
I.2. HAVERES INTERNOS	1.357.151,4	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.947,7	1.533.571,6
Disponibilidades Internas	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	402.637,1
Haveres junto aos Governos Regionais	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9
Haveres da Administração Indireta	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.604,3	244.872,3
Haveres Administrados pela STN	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	93.168,9	91.501,1	91.954,7	91.184,1	89.790,1	86.213,9	85.490,6	83.232,0	81.278,1	80.796,6	75.677,8	74.274,8	75.012,0
II.1. DÍVIDA EXTERNA	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5
Dívida Mobiliária	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8
Dívida Contratual	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7
II.2. HAVERES EXTERNOS	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	920.174,6	890.442,7	893.792,5	905.226,9	910.289,4	911.592,0	920.632,5	916.168,1	910.717,3	919.879,1	918.551,5	918.993,7	929.036,6
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	26,2%	25,0%	24,8%	24,8%	24,8%	24,6%	24,5%	24,2%	23,9%	23,9%	23,6%	23,4%	23,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/10	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/11
I. DÍVIDA INTERNA	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO¹	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5
LFT	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0	560.437,3
LTN	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3	368.353,2	416.106,3	333.917,2	347.775,0
NTN-B	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9	432.793,1
NTN-C	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1	61.341,7
NTN-F	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.944,2	260.188,2	252.759,2	256.328,2
Dívida Securitizada	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8	9.673,8	9.063,4	9.032,8	10.086,4
Demais Títulos em Poder do Público	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.695,3	23.997,8	24.195,8
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9
LFT	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.610,5	243.081,5	245.433,4	248.068,6
LTN	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7	133.125,4
Demais Títulos na Carteira do BCB	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4	330.124,8
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4
II. DÍVIDA EXTERNA	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8
Euro	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1	4.077,2
Global US\$	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9	45.225,7
Global BRL	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.490,2	11.595,6
Demais Títulos Externos	196,4	158,4	159,9	162,1	158,2	159,6	159,2	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3	126,3
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7
Organismos Multilaterais	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8	10.370,7
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7	4.039,0
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.277.659,7	2.302.083,8	2.326.466,5	2.351.780,7	2.388.023,1	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.088,1	2.436.146,5	2.445.651,9	2.500.773,3	2.418.305,7	2.463.030,7
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	64,8%	64,7%	64,5%	64,4%	65,0%	62,3%	62,9%	63,1%	63,9%	63,5%	64,2%	61,6%	62,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/10	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/11
I. HAVERES INTERNOS	1.357.151,4	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.947,7	1.533.571,6
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	402.637,1
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9
Bônus Renegociados	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1	4.724,4	4.668,2	4.645,0	4.728,2
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1	2.039,1	2.011,4	1.985,1	1.960,0
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4	11.918,8	11.886,8	11.853,4	11.819,9
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1	31.880,7	31.483,5	31.042,8	30.521,4
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9	362.304,4	362.302,6	362.265,1	361.507,8
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3	58.234,4	58.349,1	58.606,2	58.483,9
Antecipação de Royalties	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5	9.097,6	9.077,4	9.040,1	8.987,4
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4	2.485,9	2.480,8	2.479,1	2.485,1
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.604,3	244.872,3
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9	151.872,0	152.822,5	151.117,3	151.923,8
Fundos Constitucionais Regionais	55.800,8	56.288,9	56.860,0	57.494,7	57.973,3	58.617,7	59.413,1	59.921,7	60.553,8	61.251,9	61.940,0	62.616,4	63.241,9
Fundos Diversos	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4	32.614,7	33.220,2	34.870,5	29.706,5
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0	5.659,3	5.666,9	5.672,1	5.677,4
Haveres de Operações Estruturadas	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3	53.533,1	53.561,8	53.678,9	54.209,8
Haveres Originários de Privatizações	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8	7.769,8	7.764,6	7.758,8	7.753,2
Haveres de Legislação Específica	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8	278.975,1	309.377,8	310.062,1	311.535,9
Demais Haveres Administrados pela STN	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6	26.301,8	26.166,8	26.294,1	26.392,0
II. HAVERES EXTERNOS	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.357.485,1	1.411.641,1	1.432.674,0	1.446.553,8	1.477.733,7	1.401.241,0	1.439.303,3	1.468.920,0	1.525.429,2	1.525.772,8	1.582.221,8	1.499.311,9	1.533.994,1
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	38,6%	39,7%	39,7%	39,6%	40,2%	37,8%	38,4%	38,9%	40,0%	39,6%	40,6%	38,2%	38,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO AGOSTO 2011/2010 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	32.590,8	6.204,8	6.133,5	14.750,8	20.884,4	207.035,0	20.426,4	8.532,6	8.515,97	35.217,2	43.733,1
Senado Federal	60.063,0	16.048,7	3.229,6	3.229,6	5.893,4	9.123,0	57.216,5	7.307,8	3.014,1	2.979,8	18.197,9	21.177,7
Tribunal de Contas da União	59.523,7	33.274,9	6.178,8	6.178,8	21.050,6	27.229,4	51.115,2	17.208,3	2.591,0	2.591,0	33.998,8	36.589,8
Supremo Tribunal Federal	60.940,1	8.554,5	2.482,8	2.300,9	9.157,7	11.458,6	57.928,3	6.860,6	2.378,6	2.371,8	17.122,4	19.494,1
Superior Tribunal de Justiça	19.949,9	6.128,5	4.246,7	4.221,9	16.902,3	21.124,2	26.210,4	2.925,6	927,6	892,5	2.142,6	3.035,1
Justiça Federal	360.506,3	380.602,5	298.336,7	298.117,9	109.876,9	407.994,8	308.978,5	391.988,6	348.282,6	347.774,2	142.946,4	490.720,6
Justiça Militar	9.484,0	3.680,8	829,7	826,0	3.943,8	4.769,8	12.292,0	1.954,9	801,9	799,5	3.011,0	3.810,5
Justiça Eleitoral	476.144,8	165.563,3	59.444,1	49.183,3	271.906,3	321.089,6	242.038,0	28.047,6	8.237,6	8.059,7	139.724,9	147.784,6
Justiça do Trabalho	189.482,7	75.686,8	30.632,2	23.045,4	84.072,2	107.117,7	293.958,4	96.241,8	27.205,7	24.773,3	113.290,6	138.064,0
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	46.936,2	9.598,5	4.958,4	4.368,0	25.816,2	30.184,1	120.571,4	21.970,4	5.183,2	5.161,8	21.548,7	26.710,5
Conselho Nacional de Justiça	46.253,0	5.005,6	3.506,7	3.505,0	37.007,1	40.512,0	70.173,2	11.191,5	5.313,0	5.312,8	59.426,8	64.739,6
Presidência da República ³	1.965.183,6	659.363,2	137.670,8	127.447,5	410.840,4	538.287,9	1.620.826,0	292.834,6	85.241,6	73.505,1	458.548,9	532.054,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	764.103,8	94.611,9	58.635,4	58.263,5	248.414,4	306.677,8	187.480,2	5.020,7	781,3	773,7	246.071,6	246.845,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.560.232,8	718.328,7	84.901,4	54.162,9	272.690,3	326.853,2	1.212.294,4	71.417,4	39.512,7	21.710,7	460.838,8	482.549,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.917.160,8	813.902,3	284.635,7	256.336,4	300.041,7	556.378,1	1.294.797,0	476.382,9	216.491,4	148.951,4	455.650,0	604.601,4
Ministério da Fazenda	1.063.425,3	86.979,5	19.570,4	19.302,3	170.788,0	190.090,3	1.547.460,2	483.665,6	186.352,2	185.211,5	541.637,9	726.849,4
Ministério da Educação	7.226.955,5	3.119.782,8	1.191.799,3	1.108.438,9	2.777.507,2	3.885.946,0	9.241.175,4	3.642.819,8	1.003.698,8	936.585,5	3.520.681,5	4.457.267,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	29.789,7	4.730,1	4.404,2	13.002,0	17.406,1	67.405,3	7.056,0	2.144,1	1.882,3	13.612,3	15.494,6
Ministério da Justiça	1.285.721,1	245.818,9	71.007,1	68.173,2	307.567,0	375.740,2	1.500.715,4	98.263,1	43.413,3	43.328,7	327.141,7	370.470,5
Ministério de Minas e Energia	185.803,9	20.039,0	9.179,4	8.703,5	21.702,5	30.406,0	198.523,1	14.444,8	4.819,4	4.247,0	26.922,0	31.169,0
Ministério da Previdência Social	182.063,7	45.390,0	18.435,7	16.809,1	228.394,7	245.203,8	138.769,2	21.798,8	4.270,6	3.708,1	142.064,5	145.772,6
Ministério Público da União	161.765,6	23.817,3	5.190,4	5.137,4	81.381,3	86.518,7	298.841,0	35.500,5	12.945,6	12.839,5	111.281,7	124.121,3
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	20.619,8	16.606,2	16.606,2	3.322,9	19.929,1	66.965,0	6.988,7	6.631,9	6.631,5	1.263,6	7.895,1
Ministério da Saúde	4.702.061,7	1.626.121,6	338.356,0	335.283,2	1.189.307,4	1.524.590,7	5.104.110,3	1.030.306,4	243.895,4	240.981,0	1.351.614,9	1.592.595,9
Ministério do Trabalho e Emprego	44.422,3	4.911,7	1.601,3	1.544,2	25.846,1	27.390,3	93.560,6	10.474,4	2.071,7	2.025,4	19.512,9	21.538,2
Ministério dos Transportes	16.390.607,6	9.761.308,2	2.911.217,7	2.156.309,2	4.672.905,5	6.829.214,6	17.438.071,1	8.327.865,0	2.464.720,5	2.420.850,1	5.704.719,7	8.125.569,8
Ministério das Comunicações	46.941,4	11.984,0	2.867,6	2.866,4	14.179,1	17.045,5	348.751,4	66.107,0	1.985,5	1.985,0	260.503,4	262.488,4
Ministério da Cultura	450.417,3	134.120,6	23.955,2	23.556,4	52.029,8	75.586,1	559.202,7	20.635,2	2.748,7	2.738,0	66.520,6	69.258,6
Ministério do Meio Ambiente	109.337,2	14.541,7	3.054,1	2.817,2	27.083,5	29.900,6	295.774,4	20.771,8	6.785,6	6.374,9	83.898,7	90.273,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.878.372,4	903.414,4	354.121,6	349.641,3	363.303,9	712.945,2	1.986.100,9	481.721,3	274.736,0	274.736,0	352.237,3	626.973,3
Ministério do Esporte	1.353.415,3	496.484,3	13.820,0	13.820,0	210.844,9	224.664,9	1.441.920,3	17.982,9	2.681,4	2.681,4	87.290,9	89.972,3
Ministério da Defesa	9.628.045,3	4.290.937,5	2.402.032,2	2.342.632,3	1.811.302,2	4.153.934,4	6.905.274,3	3.527.474,5	1.187.246,9	1.159.592,8	3.094.897,4	4.254.490,2
Ministério da Integração Nacional	7.302.042,9	3.442.726,2	1.137.148,9	1.115.193,3	1.788.820,2	2.904.013,5	4.912.843,4	1.024.965,1	451.001,0	442.691,9	1.215.636,7	1.658.328,6
Ministério do Turismo	3.215.866,8	1.427.092,2	23.460,7	23.460,7	425.242,7	448.703,4	2.644.014,8	31.856,3	664,9	664,9	286.865,1	287.529,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	361.255,8	193.769,0	113.736,8	113.181,0	61.538,0	174.719,0	215.741,0	98.316,4	53.799,7	53.799,7	93.954,9	147.754,5
Ministério das Cidades	8.210.494,0	3.462.228,5	1.103.423,5	1.096.385,5	2.104.707,2	3.201.092,7	7.624.020,1	1.608.421,1	253.055,0	251.799,3	1.749.197,9	2.000.997,2
Ministério da Pesca e Agricultura	465.301,0	89.896,1	21.376,0	21.376,0	39.331,1	60.707,1	286.369,5	17.162,7	113,6	113,6	54.428,3	54.541,8
Conselho Nacional do Ministério Público	465.301,0	1.016,8	12,8	12,8	-	12,8	62.986,3	265,6	36,9	36,9	854,0	890,9
TOTAL	72.903.028,9	32.475.730,7	10.772.596,5	9.742.974,6	18.222.471,1	27.965.445,8	68.741.510,2	22.046.642,1	6.964.313,4	6.709.678,1	21.314.474,4	28.024.152,4

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 8 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

AGOSTO / 2011

Comentários

Em agosto de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 3,2 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.569.248,6 (mil), ante R\$ 7.337.971,4 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Ago/2011 Jul/2011	Ago/2011 Ago/2010	Jan- Ago/2011 Jan- Ago/2010
FPM	2.586.462,5	3.466.376,2	26.389.900,6	3.752.371,9	3.870.638,6	33.879.580,8	3,2%	11,7%	28,4%
FPE	2.471.508,4	3.312.314,8	25.217.014,9	3.585.599,6	3.698.610,1	32.373.820,4	3,2%	11,7%	28,4%
IPI-Exp	260.558,5	252.120,3	1.828.478,7	271.733,1	272.678,0	2.204.518,6	0,3%	8,2%	20,6%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
AGOSTO	+14 %	3,2 %	+ 14 %	3,2 %	+ 16 %	0,3 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	SET/AGO	OUT/SET	NOV/OUT
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 26 %	+ 26 %	+ 31 %
IPI - EXP	- 16 %	+ 32 %	+ 15 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2011 a 19/08/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUL/3º DEC	2.363.909	11.204.346	13.568.255	AGO/1º DEC	2.333.740	2.442.286	189.113	4.965.138
AGO/1º DEC	660.191	1.246.221	1.906.413	AGO/2º DEC	327.903	343.154	52.815	723.873
AGO/2º DEC	384.375	5.644.505	6.028.880	AGO/3º DEC	1.036.967	1.085.198	30.750	2.152.916
TOTAL	3.408.475	18.095.072	21.503.547	TOTAL	3.698.610	3.870.638	272.678	7.841.926

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	19.243,3	126.529,5	33,6
ALAGOAS	AL	92.220,8	153.865,9	426,7
AMAZONAS	AM	57.314,3	103.206,0	2.810,0
AMAPÁ	AP	13.797,1	126.196,6	307,0
BAHIA	BA	355.296,6	347.528,8	16.529,4
CEARÁ	CE	202.100,4	271.363,3	2.172,2
DISTRITO FEDERAL	DF	6.530,0	25.527,8	344,7
ESPÍRITO SANTO	ES	66.596,4	55.479,2	13.340,4
GOIÁS	GO	141.298,9	105.155,2	4.495,3
MARANHÃO	MA	161.130,5	266.973,1	2.777,8
MINAS GERAIS	MG	507.241,6	164.754,6	35.734,9
MATO GROSSO DO SUL	MS	58.961,8	49.265,5	3.441,1
MATO GROSSO	MT	70.670,3	85.360,2	3.943,5
PARÁ	PA	140.948,9	226.059,0	12.180,2
PARAÍBA	PB	125.123,4	177.122,7	420,2
PERNAMBUCO	PE	194.289,0	255.211,5	1.701,1
PIAUÍ	PI	98.613,7	159.831,7	88,6
PARANÁ	PR	261.098,6	106.638,3	22.477,7
RIO DE JANEIRO	RJ	113.645,5	56.503,7	48.385,2
RIO GRANDE DO NORTE	RN	97.568,3	154.524,2	358,4
RONDÔNIA	RO	34.103,3	104.138,1	469,6
RORAIMA	RR	11.987,9	91.751,4	23,6
RIO GRANDE DO SUL	RS	262.279,5	87.094,9	29.838,3
SANTA CATARINA	SC	150.732,9	47.334,8	15.599,3
SERGIPE	SE	56.332,0	153.688,3	91,9
SÃO PAULO	SP	516.475,8	36.986,1	54.535,6
TOCANTINS	TO	55.037,8	160.519,7	
TOTAL		3.870.638,6	3.698.610,1	272.678,0

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br